



N.º 27

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA
REALIZADA NO DIA TREZE DE JUNHO
DE DOIS MIL E VINTE E CINCO / DO
MANDATO 2021/2025.**

1 Aos treze dias do mês de junho de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte e uma horas, no
2 Palácio de D. Manuel reuniu a Assembleia Municipal de Évora, com a seguinte **Ordem**
3 **do Dia:**

4
5 **I. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

6
7 **II. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

- 8 A) Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal.
9 B) Proposta de aprovação da ata número 25 da sessão extraordinária de 11 de
10 abril de 2025.
11

12 **III. PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

13
14 **Nos termos do n.º 1 do art.º 16º e da alínea a) do ponto 2 do art.º 32º do Regimento da AME,**
15 **a Assembleia Municipal apresenta o seguinte ponto:**

- 16 1. Relatório da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (Para conhecimento).
17

18 **Nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal apresenta os**
19 **seguintes pontos:**

- 20 2. Informação do Presidente da CME acerca da atividade do Município, bem
21 como a situação financeira do mesmo (Para conhecimento);
22 3. Alteração Orçamental Modificativa;
23 4. Aceitação da Mutaçao da Dominialidade Pública: Hospital Central do Alentejo
24 | Acessos Rodoviários;
25 5. Auto de Delimitação de Jurisdição Rodoviária entre a IP e o Município de
26 Évora na EN114 | Hospital Central do Alentejo | Acessos Rodoviários;
27 6. Concurso Público para Concessão do Direito de Exploração de Bar e
28 Quiosques Municipais;
29 7. Alteração ao Contrato Interadministrativo de delegação de competências, com
30 a Junta de Freguesia de São Bento do Mato para o ano de 2025;
31 8. Procedimento de Alteração ao Plano Diretor Municipal de Évora.
32

33 **IV. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO**

34
35 O **Presidente da Assembleia Municipal** deu início à sessão cumprimentando o senhor
36 Presidente da Câmara, os senhores Vereadores, os Deputados Municipais, o público
37 presente e os funcionários que asseguravam o funcionamento da Sessão.
38
39

- 1 Estiveram presentes os membros da Mesa:
2 **Presidente da Assembleia Municipal - Ananias Delfim Courelas Quintano** (em
3 substituição do Presidente)
4 **1º Secretário – Bernarda Julieta da Noite Cota** (em substituição do 1º Secretário)
5 **2ª Secretária - Maria da Nazaré Pereira Lança**
6
7 **O Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à chamada dos Deputados Municipais
8 eleitos, verificando as seguintes presenças e ausências:
9 - Ulisses Sarmento Pinto Grave Couvinha (em substituição de Maria Elmina Gouveia
10 Barreira Lopes)
11 - Maria Clara Canotilho Grácio
12 - Lília Graciete Zambujo Fidalgo
13 - José Maria Rodrigues Figueira
14 - Joaquim Manuel Manageiro Ramalho (em substituição de Gertrudes da Conceição
15 Gomes Pastor)
16 - António João Tonaco Gavela
17 - Bruno Manuel dos Santos Martins
18 - José Vitorino Piteira
19 - David Miguel Mirrado Lopes
20 - Maria Paula Alves Bagio Cadete Pita
21 - João Manuel Banha Correia (em substituição de Maria Cristina Correia Santos Mata)
22 - Paulo José Veiga Ribeiro (em substituição João Manuel Fialho de Sousa)
23 - Lúcio Gabriel Ludovico Guerreiro
24 - Florinda da Conceição Mendes Carvalho Russo
25 - João Manuel Rodrigues Pereira (em substituição de Jorge Quina Ribeiro de Araújo)
26 - Luís Miguel Caeiro Nico Ramalho
27 - Ana Beatriz Mayorga Perez Cardoso
28 - Luís Carlos Fialho Pardal
29 - Redolfo Constantino Pereira
30 - Paula Cristina Nobre de Deus
31 - João Gonçalo Rebelo Fernandes Costa
32 - Ana Raquel Simões de Abreu Taboleiros
33 - Raquel Maudslay Costa Correia (em substituição de Francisco Manuel Branco de Brito)
34 - Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira
35 - Luís Maria Nunes dos Santos
36 - Diogo Costa Freitas Pestana de Vasconcelos
37 - Ricardo José Balixa Sacristão Cardoso
38
39 **Ausentes:**
40 - Isidro José de Oliveira Lobo
41 - Joaquim António Filipe Pimpão
42 - Natanael José Carvalho da Vinha
43
44 A Câmara Municipal fez-se representar por:
45 - Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá
46 - Henrique Eva Ferreira Carvalho Sim- Sim
47 - Alexandre Manuel Rosa Varela
48 - Lurdes Judite Dionisio Bravo Nico
49 - Florbela da Luz Descalço Fernandes
50 - Bárbara Cristina Lopes Morais da Cruz Tita
51 - Patrícia José Correia Raposinho
52

1 I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

2
3 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao período de intervenção do público
4 e questionou se alguém pretendia intervir. Não havendo nenhum pedido, deu início ao
5 Período de Antes da Ordem do Dia.

6 7 I. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

8
9 a) Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal.

10
11 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que, não estando este presente, não
12 haveria a intervenção.

13
14 b) Proposta de aprovação da Ata número 25 da sessão extraordinária de 11 de
15 abril de 2025.

16 17 **Deliberação da Ata nº 25 de 11-04-2024:**

18 **Aprovada por unanimidade.**

19 Os Deputados Municipais Lília Fidalgo, Luís Pardal, João Gonçalo Costa, Ana Raquel
20 Tabuleiros, Joaquim Ramalho, João Banha, João Pereira e Raquel Correia, não votaram
21 por não estarem presentes na sessão a que ela respeita.

22
23 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que receberam 1 Voto de Pesar, 1
24 Moção e 1 Voto de Saudação e, seguindo a ordem que lhe foi apresentada, solicitou à
25 bancada da CDU que procedesse à apresentação do Voto de Pesar pelo falecimento de
26 Eduardo Gageiro.

27
28 **O Deputado António Gavela** procedeu à leitura do Voto de Pesar pelo falecimento de
29 Eduardo Gageiro, o qual se transcreve na íntegra:

30 *“Nascido em Sacavém, em 16 de fevereiro de 1935, começou aos 12 anos a trabalhar na*
31 *Fábrica de Loiça de Sacavém onde até 1957 conviveu diariamente com pintores,*
32 *escultores e operários fabris, que o influenciaram na sua decisão de fazer fotojornalismo.*
33 *Surpreendeu quando aos 12 anos publica a sua primeira fotografia, com honras de*
34 *primeira página, no Diário de Notícias.*

35 *Fotógrafo de Abril, Eduardo Gageiro foi homenageado na Festa do Avante!, em 1999,*
36 *com uma exposição de 25 fotos tiradas no dia 25 de Abril de 74. O eborense Manuel*
37 *Gusmão, na abertura desta exposição, agradeceu ao artista “pela sua arte que constrói*
38 *imagens do mundo, que condensam tempo e contam mais história que só a arte sabe*
39 *contar”.*

40 *Eduardo Gageiro foi repórter fotográfico no Diário Ilustrado, foi fotógrafo no Século*
41 *Ilustrado, Eva, Almanaque, Match Magazine, da Assembleia da República e da*
42 *Presidência da República. Foi editor da revista Sábado, desde a fundação da revista até*
43 *ao seu término. Colaborou ainda com vários jornais e revistas internacionais.*

44 *Com uma obra ímpar, em que se cruzam as suas fotos, com os textos de grandes*
45 *escritores, destacamos: “Gente” com texto de José Cardoso Pires; “Mulher” com texto,*
46 *de Maria Velho da Costa; “Estas Crianças Aqui”, com texto de Maria Rosa Colaço;*
47 *“Lisboa Operária”, com texto de David Mourão Ferreira e “Fotos de Abril”, com textos*
48 *de 25 escritores. Livros que são uma referência no mundo do fotojornalismo.*

49
50 *A excelência do seu trabalho enquanto fotógrafo e fotojornalista, fez dele um dos grandes*
51 *nomes da fotografia e do fotojornalismo em Portugal, sendo também um dos mais*
52 *premiados e galardeados fotógrafos portugueses.*

1 *Premiado em dezenas de países, realizou centenas de exposições nos cinco continentes,*
2 *destacando-se uma grande retrospectiva da sua obra, com 222 fotografias, expostas no*
3 *Museu Mundial de Arte de Pequim em 2007.*

4 *Deixa para a História um espólio de décadas de trabalho que retrata, de forma fiel, as*
5 *realidades políticas, sociais e culturais de Portugal antes e depois da revolução do 25 de*
6 *Abril de 1974.*

7 *Com a sua morte, deixa de estar entre nós uma figura maior da arte e da cultura*
8 *portuguesa.*

9 *A Assembleia Municipal de Évora, reunida dia 13 de junho de 2025, expressa o seu pesar*
10 *pelo falecimento de Eduardo Gageiro e endereça aos seus familiares as suas*
11 *condolências e respeita um minuto de silêncio em sua memória.”*

12
13 **O Presidente da Assembleia Municipal**, verificando não haver pedidos de intervenção,
14 submeteu o presente Voto de Pesar pelo falecimento de Eduardo Gageiro a votação.

15
16 **Deliberação Voto de Pesar pelo falecimento de Eduardo Gageiro:**

17 **Aprovada por unanimidade**, verificando-se 28 presenças.

18
19 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que iriam fazer um minuto de silêncio
20 pela morte de Eduardo Gageiro.

21
22 **O Presidente da Assembleia Municipal** solicitou que o representante das Juntas de
23 Freguesia e de Uniões de Freguesias do Concelho de Évora procedesse à apresentação da
24 Moção Sobre os Atrasos e Constrangimentos na Distribuição Postal pelos CTT.

25
26 **O Deputado Redolfo Pereira** procedeu à leitura da Moção Sobre os Atrasos e
27 Constrangimentos na Distribuição Postal pelos CTT, a qual se transcreve na íntegra:

28 *“Nas últimas semanas, têm-se multiplicado as queixas da população, de entidades*
29 *públicas e privadas quanto aos crescentes atrasos e falhas na distribuição de correio por*
30 *parte dos CTT – Correios de Portugal, S.A., com consequências significativas no*
31 *quotidiano dos munícipes e no funcionamento de serviços essenciais.*

32 *A distribuição de correspondência — incluindo cartas, faturas, notificações judiciais,*
33 *avisos médicos e comunicações oficiais — constitui um serviço público fundamental,*
34 *especialmente em territórios do interior ou com menor densidade populacional, onde a*
35 *digitalização nem sempre cobre todas as necessidades da população, nomeadamente da*
36 *mais idosa.*

37 *Tem sido reportado que:*

- 38 • *Existem locais onde o correio é entregue apenas uma ou duas vezes por semana;*
39 • *Registam-se falhas sistemáticas na entrega de correspondência urgente;*
40 • *O serviço de atendimento ao cliente revela-se ineficaz na resolução dos problemas*
41 *reportados pelas Juntas e Uniões de Freguesia.*

42 *Estas situações comprometem direitos básicos dos cidadãos, como o acesso atempado a*
43 *informação relevante, à justiça e aos cuidados de saúde. Comprometem igualmente o*
44 *bom funcionamento das autarquias e de diversas entidades que dependem da fiabilidade*
45 *da distribuição postal.*

46 *Perante este cenário, a Assembleia Municipal, reunida em sessão ordinária, delibera:*

47 *1. Manifestar o seu protesto perante os sucessivos atrasos e constrangimentos verificados*
48 *na distribuição de correio pelos CTT no concelho de Évora;*

49 *2. Exigir uma atuação célere e eficaz por parte da administração dos CTT no sentido de*
50 *repor a qualidade e a regularidade do serviço postal;*

1 3. *Solicitar à ANACOM (Autoridade Nacional de Comunicações) que reforce a*
2 *fiscalização sobre o cumprimento das obrigações do serviço postal universal;*

3 4. *Dar conhecimento da presente moção ao Governo da República, à ANACOM, à*
4 *administração dos CTT, à Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE) e à*
5 *comunicação social.*

6 *Assim, a Assembleia Municipal de Évora apela à defesa intransigente de um serviço*
7 *postal regular e de qualidade, condizente com os direitos e necessidades das*
8 *populações.”*

9
10 **O Deputado José Piteira** afirmou que a situação dos CTT constituía mais uma
11 demonstração clara do processo gradual de enfraquecimento das juntas de freguesia,
12 sobretudo nas freguesias rurais. Sublinhou que este fenómeno representava uma morte
13 lenta e silenciosa para estas instituições, que já se encontravam sobrecarregadas com
14 tarefas que deveriam ser da responsabilidade de outras entidades e que as juntas de
15 freguesia operavam com uma autonomia praticamente inexistente, funcionando como
16 simples serviços administrativos para a emissão de certidões e outros documentos, sem a
17 devida independência.

18 Recordou que há vários anos tem vindo a debater esta questão, defendendo que as juntas
19 necessitavam de maior autonomia e não podiam continuar dependentes das câmaras
20 municipais, das CCDRs, dos CTT ou de qualquer outro organismo. Considerava que as
21 juntas de freguesia eram o "parente pobre do ciclo", sendo os CTT mais um exemplo
22 disso mesmo e recordou que, anos antes, já tinha efetuado uma exposição sobre o assunto,
23 na qual demonstrava que a junta de freguesia movimentava diariamente mais de 2.000
24 euros, em serviços prestados aos CTT, recebendo, contudo, apenas 400 euros mensais,
25 valor esse que anteriormente era de apenas 40 euros e reconheceu não ser contra os
26 modelos de negócios público-privados, desde que funcionassem corretamente, mas
27 considerava inaceitável que isso implicasse a delapidação de serviços essenciais.

28 Relatou que a junta recebia os cinco jornais da semana, nomeadamente o Diário do Sul,
29 um jornal regional com publicação diária, no entanto em diversas ocasiões, os exemplares
30 só chegavam de forma irregular, com edições de segunda ou terça-feira a chegarem ao
31 mesmo tempo que as de quinta ou sexta-feira.

32 Acrescentou que, em conversa recente com o diretor do Diário do Sul, foi informado de
33 que vários assinantes, com 20 e 30 anos de fidelidade, haviam rescindido as suas
34 assinaturas, justamente pela irregularidade na entrega dos jornais, mas que esta situação
35 não afetava apenas os leitores do Diário do Sul, mas também os utentes das juntas,
36 sobretudo os idosos, que recebiam correspondência médica ou relativa às pensões com
37 atraso.

38 Criticou a gestão dos CTT, referindo que se tratava de uma "casa desarrumada", e
39 levantou dúvidas sobre se tal desorganização era intencional, embora reconhecesse não
40 ser economista nem técnico na área, considerava evidente que se tratava de má gestão
41 porque em localidades como Machede, um carteiro era responsável por deixar e levantar
42 a correspondência, ao fim de uma hora outro carteiro era enviado para entregar
43 encomendas e ainda outro ia duas vezes por semana distribuir o correio restante, ou seja,
44 três carteiros realizavam tarefas sobrepostas de forma ineficaz.

45 Relatou ter já alertado o responsável local dos CTT para que resolvesse o problema,
46 apontando a falta de carteiros e o desinvestimento no serviço, que os CTT não pagavam
47 devidamente aos seus trabalhadores e que isso contribuía para a degradação geral do
48 serviço, afetando todos, em especial as freguesias rurais.

49
50 Por fim, deixou clara a sua disponibilidade pessoal para que, mediante protocolo e
51 delegação de competências, a junta de freguesia pudesse assumir a distribuição postal

1 local, desde que isso beneficiasse os fregueses, no entanto, alertou que não era possível
2 continuar indefinidamente nesta situação, considerando que tal representava uma morte
3 lenta e contínua das freguesias.

4
5 **A deputada Clara Grácio** afirmou que não poderiam estar mais de acordo com aquela
6 moção porque todos, provavelmente, já haviam sentido a irregularidade do serviço dos
7 CTT, considerando, por isso, que a moção apresentada era inteiramente justa. Anunciou
8 que iriam apoiá-la e votar favoravelmente.

9 Acrescentou que se tratava de um serviço claramente deteriorado, algo notado por todos,
10 com exemplos de atrasos e falhas no funcionamento e que este era um exemplo de
11 serviços estruturais de um país, que, no seu entender, deveriam manter-se na esfera
12 pública e não sujeitos a sistemas irregulares.

13 Mencionou ainda que existiam exemplos, tanto em Portugal como noutros países
14 europeus, do que não deveria ter sido feito, referindo que, no caso dos CTT, considerava
15 que se tinha destruído algo que fazia quase parte da identidade nacional e que todos
16 sentiam esse problema, sobretudo nas freguesias rurais, onde o impacto seria ainda mais
17 acentuado, reiterando, por isso, o total acordo com a moção e votariam favoravelmente.

18
19 **O Deputado Bruno Martins** afirmou, em nome do Bloco de Esquerda, que votaria a
20 favor da moção, concordando com os seus termos, no entanto, lamentou que o texto não
21 contivesse qualquer referência à necessidade de retomar o controlo público da empresa
22 em causa, considerada estratégica para Portugal, sublinhando que este constituía um
23 exemplo claro e inequívoco, sentido pelas pessoas no seu quotidiano, de que a redução
24 da presença do Estado em setores estratégicos conduzia a situações como a atual.

25 Recordou que, até 2012, os CTT eram uma empresa pública, prestadora de serviço
26 público universal, e que, nessa altura, integravam o grupo dos cinco melhores prestadores
27 daquele serviço a nível europeu, que, nos sete anos em que os CTT funcionaram como
28 empresa pública, geraram mais de 500 milhões de euros de lucro para o Estado, tendo
29 sido posteriormente vendidos por menos do dobro desse valor. Concluiu que os resultados
30 estavam à vista, reiterando o seu lamento e o apoio à moção, deixando, contudo, a nota
31 de que teria sido necessária uma menção à recuperação do controlo público desta empresa
32 estratégica.

33
34 **O Presidente da Assembleia Municipal**, verificando não haver mais pedidos de
35 intervenção, submeteu a presente Moção Sobre os Atrasos e Constrangimentos na
36 Distribuição Postal pelos CTT a votação.

37
38 **Deliberação da Moção Sobre os Atrasos e Constrangimentos na Distribuição Postal**
39 **pelos CTT:**

40 **Aprovada por unanimidade**, verificando-se 28 presenças.

41
42 **O Deputado Francisco Figueira** referiu que o voto de saudação pelos 40 anos da adesão
43 de Portugal à União Europeia, de facto, não se encontrava em cima das mesas. Manifestou
44 não saber se o mesmo tinha sido ou não distribuído, mas indicou que, em todo o caso,
45 poderia proceder à sua leitura.

46
47 **O Deputado Bruno Martins** dirigiu-se ao senhor Presidente, afirmando que, na sua
48 opinião, deveria ser respeitado, de uma vez por todas, o acordo existente entre os eleitos
49 e eleitas da Assembleia Municipal e considerou que esse acordo, relativo à entrega
50 atempada de moções e votos, era um bom acordo e solicitou um intervalo de 15 minutos
51 para que a moção pudesse ser recebida.

1 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que não havia forma de fotocopiar no
2 local, uma vez que o Palácio não dispunha de fotocopadora e propôs que o assunto ficasse
3 para a próxima Assembleia.
4

5 **O Deputado Francisco Figueira** dirigiu-se ao senhor Presidente, informando que a
6 Assembleia se encontrava reunida. Referiu que a moção havia dado entrada ao final da
7 tarde, considerando estarem reunidas todas as condições para que a Assembleia tomasse
8 conhecimento da mesma e afirmou que a moção era regimental e que, por conseguinte,
9 poderia proceder à sua leitura e ser discutida nos termos que fossem entendidos.
10

11 **O Presidente da Assembleia Municipal** perguntou, caso a assembleia concordasse, se
12 se podia proceder à leitura do voto de saudação, e questionou se alguém se opunha. Não
13 havendo oposição, solicitou à bancada da Coligação Mudar com Confiança que
14 procedesse à apresentação Voto de Saudação 40 Anos de Adesão de Portugal à União
15 Europeia.
16

17 **O Deputado Francisco Figueira** procedeu à leitura da Voto de Saudação 40 Anos de
18 Adesão de Portugal à União Europeia, a qual se transcreve na íntegra:

19 *“A 12 de junho de 1985, Portugal assinou o Tratado de Adesão à então Comunidade*
20 *Económica Europeia, tornando-se membro de pleno direito a 1 de janeiro de 1986.*

21 *Foi o momento inaugural que integrou Portugal no espaço democrático europeu, e que*
22 *veio a produzir uma profunda transformação no nosso contexto político, social e*
23 *económico, contribuindo de forma inquestionável para o desenvolvimento do país.*

24 *A evocação dos 40 anos da adesão de Portugal que agora assinalamos, são uma*
25 *oportunidade para refletir sobre a transformação ocorrida desde a adesão, e convoca-*
26 *mos a analisar os desafios que se colocam à União Europeia, bem como o papel de*
27 *Portugal e dos Portugueses nela inseridos, prosseguindo o percurso iniciado há 40 anos,*
28 *que permanentemente nos desafia a construir um país melhor, mais justo e com mais*
29 *oportunidades para todos.*

30 *A Assembleia Municipal de Évora, evoca a passagem dos 40 anos da adesão de Portugal*
31 *à União Europeia, e manifesta o compromisso do município e da comunidade municipal*
32 *com os valores europeus.”*
33

34 **A deputada Clara Grácio** afirmou que, ao ouvirem a leitura da moção, consideraram
35 que esta não era de carácter urgente ou emergente que justificasse uma decisão imediata.
36 Assim, entendeu que se tratava exatamente do tipo de moção que deveria ser analisada
37 com a devida calma. Por essa razão, informou que a bancada da CDU não votaria a
38 moção, nem a favor, nem contra, optando pela abstenção.

39 Acrescentou ainda que considerou pouco cordial, da parte da bancada do PSD/CDS, a
40 apresentação da moção com tão pouco tempo de antecedência, contrariando, segundo
41 referiu, o que tinha sido previamente acordado entre as forças políticas. Defendeu que,
42 por respeito aos restantes eleitos na assembleia, o PSD/CDS deveria ter reconhecido a
43 entrega tardia da moção e proposto a sua discussão numa próxima Assembleia Municipal.
44 Concluiu afirmando que o ónus da situação recaía sobre quem apresentou a moção nestes
45 termos.
46

47 **O Deputado Francisco Figueira** esclareceu a bancada da CDU que, na sua perspetiva,
48 não existia qualquer tipo de deslealdade nem de ónus. Referiu que o que iria ocorrer era
49 a recusa da CDU em votar uma moção que assinalava uma efeméride histórica,
50 sublinhando que tal decisão era uma opção política legítima. Indicou, ainda, que a moção
51 apresentada à consideração da Assembleia lhe parecia perfeitamente consensual,

1 enquadrando-se numa efeméride que se assinalara no dia anterior. Acrescentou que, por
2 esse motivo, não via oportunidade em adiar a discussão para uma sessão futura da
3 Assembleia Municipal, pois tal faria perder atualidade e relevância ao tema. Concluiu
4 afirmando que, naturalmente, os eleitos representavam o seu eleitorado e tomariam as
5 decisões que entendessem.

6
7 **O Deputado António Gavela** considerou que o desrespeito sistemático pelo regimento
8 da Assembleia retirava sentido ao seu funcionamento e que não se poderia continuar a
9 funcionar dessa forma, sublinhando a necessidade de respeito mútuo entre os deputados.
10 Referiu, ainda, que o tema em questão merecia ponderação e reflexão, mesmo que
11 acompanhado por um "sorriso de bigodes", reiterando que não se tratava de uma questão
12 menor, mas sim de princípio, sobretudo se já existia um acordo prévio, questionando, por
13 fim, qual seria a pressa.

14
15 **O Presidente da Assembleia Municipal** referiu que a Mesa era obrigada a receber as
16 moções, os votos de saudação e outros.

17
18 **O Deputado Paulo Ribeiro** afirmou que da parte do Movimento Cuidar de Évora, já
19 tinham sido realizadas interpelações às diversas bancadas referindo que, na última
20 Assembleia Municipal, ele próprio o fez, recordando que o regimento o permitia, contudo
21 havia, de facto, um acordo de cavalheiros entre os diversos eleitos cabeças de lista de
22 2021, no sentido das diversas moções e votos serem apresentados atempadamente. O
23 objetivo seria permitir a sua análise e deliberação por todos os membros, evitando assim
24 votos em cima do momento. Informou a bancada da Coligação Mudar com Confiança
25 que o Movimento Cuidar de Évora votaria favoravelmente, concordando com o conteúdo
26 da proposta, embora não se revendo na forma.

27
28 **O Deputado Francisco Figueira** dirigiu-se ao senhor Presidente para esclarecer,
29 sobretudo à cidade, que a moção em questão dera entrada nos serviços às 18h 03m,
30 considerando, por isso, que o prazo de três horas antes do início dos trabalhos fora mais
31 do que suficiente para que as diversas forças políticas tomassem conhecimento do
32 conteúdo do Voto de Saudação. Afirmou não existir, da parte da sua bancada, intenção
33 de constranger qualquer bancada, sendo evidente que o prazo foi razoável para que todas
34 as bancadas tomassem conhecimento do documento e acrescentou que, naturalmente,
35 cada força política tomaria as suas posições em função disso. Comprometeu-se, ainda,
36 que, futuramente, a sua bancada entregaria as moções com um prazo mais dilatado, mas
37 questionou qual seria, afinal, o prazo considerado adequado, uma vez que o regimento
38 previa a possibilidade de entrega de moções até durante a própria sessão e, nesse sentido,
39 perguntou se três horas seriam insuficientes e, em caso afirmativo, qual seria o prazo
40 necessário a respeitar.

41
42 **O Deputado Paulo Ribeiro**, em nome da bancada do Movimento Cuidar de Évora,
43 afirmou que jamais julgaram haver má-fé ou qualquer intenção semelhante por parte da
44 bancada da Coligação Mudar com Confiança, reiterando, uma vez mais, que jamais o
45 fizeram. Reconheceu, no entanto, que as bancadas já haviam sofrido alterações e que
46 existiam circunstâncias de vida que não podiam ser ignoradas, mas que, de facto, existira
47 um acordo de cavalheiros e manifestou que, da parte da sua bancada, teria tido todo o
48 gosto em ter a moção consigo para poder analisá-la com atenção, lê-la na íntegra e
49 exprimir-se sobre ela com o melhor dos votos, pois a cidade assim o exigia. Reiterou que,
50 da parte do Movimento Cuidar de Évora, votariam favoravelmente a moção, mas fez
51 questão de exortar não só a bancada do PSD, como todas as outras, para que se

1 proporcionasse tempo, calma e tranquilidade, de modo a permitir que todos se pudessem
2 debruçar adequadamente sobre as matérias.

3
4 **O Presidente da Assembleia Municipal** registou que, na verdade, ficou acordado que
5 seria até ao encerramento dos serviços, os quais encerravam às 17h e 30m e disse ser
6 importante que, em futuras moções, os compromissos assumidos sejam cumpridos.

7
8 **A deputada Paula de Deus** referiu que muito já tinha sido dito sobre o assunto, tendo
9 apenas reforçado a importância de a Assembleia Municipal de Évora dispor de serviços
10 administrativos próprios que garantissem o seu pleno funcionamento. Sublinhou que se
11 assistia precisamente à demonstração da necessidade de a Assembleia, enquanto órgão
12 absolutamente autónomo da Câmara, dispor das condições logísticas necessárias ao seu
13 funcionamento pleno, caso tal estrutura existisse, o voto teria dado entrada e teria sido
14 reproduzido. Assim, afirmou que a responsabilidade não recaía sobre os serviços, uma
15 vez que os mesmos simplesmente não existiam, e, nesse sentido, não responsabilizava os
16 serviços. No entanto, destacou que a responsabilidade era da Câmara Municipal de Évora,
17 por ser a entidade competente para providenciar os serviços administrativos necessários
18 ao regular funcionamento da Assembleia Municipal, o que, até àquele momento, não se
19 verificava. Indicou ainda que, apesar de este assunto já ter sido várias vezes solicitado
20 pelo senhor Presidente da Assembleia e abordado tanto em conferência de líderes como
21 naquele fórum, a situação permanecia inalterada. Por fim, considerou caricato o cenário
22 vivido e expressou o desejo de que, num próximo mandato, a Assembleia Municipal
23 pudesse contar com outra dignidade no apoio ao seu funcionamento.

24
25 **O Deputado Francisco Figueira** referiu que se tinha acabado de assistir à debandada
26 dos eleitos da CDU, que abandonaram a sala, na realidade, para não votarem a favor da
27 Europa e acrescentou que era isso que se estava ali a testemunhar, questionando o senhor
28 Presidente da Câmara, eleito pela CDU, e o senhor Vereador Alexandre Varela, também
29 eleito pela CDU e integrantes do Executivo daquela assembleia, se se reviam na posição
30 que a bancada da CDU na Assembleia Municipal acabara de tomar, virando costas ao seu
31 eleitorado e à cidade de Évora.

32
33 **O Presidente da Câmara**, naturalmente, não interveio para responder às provocações,
34 mas manifestou o seu espanto pelo facto de a questão em apreço ter sido dirigida à
35 Câmara, rejeitando terminantemente a ideia de que os serviços da Assembleia não
36 dispunham de apoio e esclareceu que a unidade de apoio administrativo da Câmara esteve
37 ao serviço da Assembleia Municipal e cumpriu integralmente tudo quanto foi solicitado
38 por esta e, em particular, pelo seu Presidente.

39
40 Referiu que, relativamente ao documento em causa, este dera entrada após o
41 encerramento dos serviços, havendo um acordo prévio, do qual os serviços foram
42 informados, de que tais documentos deveriam ser entregues até à hora de encerramento e
43 recusou, por isso, qualquer acusação aos serviços sobre essa matéria e que, caso se
44 pretenda alterar esse procedimento e aceitar documentos independentemente da hora de
45 entrada, tal decisão caberia à Conferência de Líderes, que, no entanto, não fora essa a
46 deliberação anteriormente tomada.

47
48 Reforçou que existia um serviço competente e disponível para responder a todas as
49 solicitações do Presidente da Assembleia Municipal e da própria Assembleia, não
50 existindo, assim, qualquer fundamento para que a questão tivesse sido colocada nos
51 termos em que foi, que considerou, aliás, francamente lamentáveis.

1
2 **O Deputado Francisco Figueira** referiu que o senhor Presidente da Câmara acabara de
3 afirmar que não responderia a provocações, no entanto não fora provocado, tendo-lhe sido
4 colocada uma pergunta de natureza política legítima: se, politicamente, se revia na
5 posição que a bancada da CDU acabara de assumir perante a cidade de Évora.
6 Acrescentou que tal questão não constituía qualquer provocação, mas sim o exercício do
7 papel que competia aos membros da Assembleia Municipal e que o senhor Presidente
8 poderia optar por não responder, como efetivamente o fizera, sendo essa a mensagem que
9 a cidade ouvira. Ainda assim, reiterou a pergunta e concedeu-lhe mais uma oportunidade
10 para esclarecer se se revia ou não na debandada a que se assistira naquele momento.

11
12 **O Presidente da Assembleia Municipal** verificando não haver mais pedidos de
13 intervenção, submeteu o presente Voto de Saudação 40 Anos de Adesão de Portugal à
14 União Europeia a votação.

15
16 **Deliberação do Voto de Saudação 40 Anos de Adesão de Portugal à União Europeia:**
17 **Aprovada por unanimidade**, verificando-se, apenas, 21 presenças.
18 Os Deputados da bancada da CDU e do BE ausentaram-se da Sessão.

19
20 **A deputada Paula Pita** informou que a bancada do Movimento Cuidar de Évora iria
21 realizar a seguinte declaração.

22 *Ontem, na Reunião de Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Malagueira*
23 *e Horta das Figueiras, marcou presença um grupo de moradores da Rua Imperador*
24 *Augusto. Estes residentes têm vindo a manifestar, reiteradamente, às autoridades*
25 *competentes — PSP, Câmara Municipal e também à Junta de Freguesia — as suas*
26 *profundas preocupações com a situação nas imediações das suas habitações,*
27 *especificamente na antiga discoteca A Vivenda e nos terrenos municipais adjacentes.*

28 *Para evitar quaisquer conotações xenófobas ou racistas, que são termos em evidência na*
29 *atualidade, importa esclarecer que a questão levantada não se prende com a pertença à*
30 *comunidade cigana. O cerne do problema reside, sim, no flagrante desrespeito por*
31 *normas básicas de convivência, na prática de hábitos que chocam com os da comunidade*
32 *local, e que culminam em sérias questões de salubridade, higiene, saúde pública e*
33 *segurança.*

34 *Os moradores relatam um cenário perturbador: a impossibilidade de abrir janelas*
35 *devido ao odor nauseabundo provocado por dejetos humanos e de animais. Há registos*
36 *de necessidades fisiológicas realizadas junto às janelas das moradias, invasões de*
37 *quintais (apesar de vedados), e episódios de insultos e ameaças direcionados a quem*
38 *recusa o fornecimento de água. A tudo isto somam-se ruídos constantes durante a noite,*
39 *frequentes altercações e conversas que aludem ao porte de armas.*

40 *Perante estes relatos e em sequência à descrição da situação na Rua Imperador Augusto,*
41 *colocam-se as seguintes questões:*

42 *1. O proprietário da antiga discoteca A Vivenda autorizou a ocupação ou a utilização do*
43 *espaço para os fins descritos?*

44 *2. Considerando a presença de animais no local, o Delegado de Saúde e o Veterinário*
45 *Municipal autorizaram essa situação, e foram tomadas as devidas precauções*
46 *sanitárias?*

47 *3. A Câmara Municipal licenciou o acampamento? Em caso afirmativo, por quantos dias*
48 *e sob que condições?*

49 *4. Relativamente às crianças e jovens que se encontram no local, muitas das quais em*
50 *idade de escolaridade obrigatória e aparentemente fora do ambiente escolar, que*

1 *medidas estão a ser tomadas pelas autoridades competentes em matéria de educação e*
2 *proteção de menores? Qual a sua atuação neste contexto?*

3 *5. No âmbito do Conselho Local de Ação Social (CLASE), que integra entidades com*
4 *competências relevantes na área — Câmara Municipal, Segurança Social, Saúde,*
5 *Escola, PSP — já foi delineado um Plano de Ação para intervir nesta situação e,*
6 *simultaneamente, promover a inclusão desta comunidade?*

7 *Para terminar, cito o lamento de uma moradora: “Sou uma pessoa cumpridora, cumpro*
8 *as minhas obrigações e deveres enquanto cidadã e o que sinto, nestes últimos tempos, é*
9 *que os meus direitos estão a ser postos em causa pelo incumprimento de outros. Pago*
10 *cerca de 800€ de IMI e sinto-me prisioneira na minha casa. Não posso abrir a janela*
11 *nem ir ao quintal.”*

12
13 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao Período da Ordem do Dia.

14 15 **II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

16 17 **1. Relatório da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (Para conhecimento).**

18
19 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que o ponto 1, referente ao Relatório
20 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, que constava para conhecimento, teria de
21 ser adiado, uma vez que a Presidente da CPCJ se encontrava doente e a sua substituta
22 também não podia estar presente.

23
24 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu ainda nota de que, estando presente a
25 equipa técnica responsável pela apresentação da alteração ao Plano Diretor Municipal,
26 solicitava à Assembleia que o ponto 8 fosse antecipado.

27 Não se tendo registado oposição, procedeu-se, de imediato, à apreciação do ponto 8 -
28 Alteração ao Plano Diretor Municipal, apresentado pela referida equipa técnica.

29 30 **8. Procedimento de Alteração ao Plano Diretor Municipal de Évora.**

31
32 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

33
34 **O Presidente da Câmara** deixou algumas notas introdutórias a esta discussão,
35 salientando, nomeadamente, que esta alteração do Plano Diretor Municipal (PDM)
36 resultou de um processo legal que impôs a sua adaptação à Lei dos Solos, publicada em
37 2014, e que sofreu sucessivas alterações de prazo. Referiu que, tanto quanto era do
38 conhecimento do Município, à data, todos os municípios, à exceção de um, tinham já
39 alterado ou encontravam-se em processo de alteração do PDM, exatamente para dar
40 cumprimento à referida imposição legal.

41
42 Recordou que, da parte do Município de Évora, não se considerava necessária uma
43 intervenção no PDM, tendo isso sido afirmado por diversas vezes. Contudo, uma vez que
44 a Lei dos Solos obrigava à sua alteração – e, sobretudo, a partir do momento em que
45 foram impostas penalizações aos municípios que não procedessem a essa alteração,
46 nomeadamente a possibilidade de não poderem aceder a fundos da União Europeia ou de
47 não poderem realizar um conjunto de operações urbanísticas – foi decidido avançar com
48 o processo.

49
50 Sublinhou que, do ponto de vista do Município, o que deveria ter sido promovido era uma
51 revisão do Plano Diretor Municipal, e não apenas uma alteração. Ainda assim, referiu

1 tratar-se de um processo longo e complexo, no qual se procurou assegurar uma
2 participação ativa de todos os interessados.

3
4 Foi elaborada uma primeira versão do documento, seguida de uma discussão informal
5 que decorreu em todas as freguesias. O Município reuniu com todas as juntas de freguesia,
6 promoveu reuniões abertas à população, em todas as freguesias, e reuniu também com
7 todos os cidadãos e entidades que manifestaram interesse na matéria.

8
9 A partir dessa fase, foi elaborada uma nova versão do documento, que entrou em fase de
10 discussão pública formal. Este processo repetiu-se: foram novamente realizadas sessões
11 nas freguesias, com as juntas e com todos os que solicitaram reuniões com a equipa
12 técnica.

13
14 Finalmente, chegou-se à versão final da alteração do Plano Diretor Municipal, que refletiu
15 em grande medida, as propostas resultantes das discussões e da participação pública. A
16 discussão pública formal culminou na elaboração de um relatório que identificou
17 claramente as alterações aceites e as que não foram aceites. Estas últimas, em geral, não
18 se enquadravam no âmbito da alteração ao PDM, mas sim numa eventual revisão do
19 mesmo ou em sede de plano de urbanização.

20
21 O Presidente informou que, de seguida, a equipa responsável pela alteração do PDM faria
22 a apresentação do trabalho desenvolvido, e que posteriormente destacaria alguns dos
23 aspetos mais relevantes da proposta. Antes disso, expressou o seu agradecimento à equipa
24 pelo trabalho imenso, complexo e exigente que realizou, nomeadamente ao Arquiteto
25 Pedro Fogaça, Chefe da Divisão de Ordenamento e Reabilitação Urbana da Câmara
26 Municipal, ao Dr. Carlos Borralho e ao Arquiteto Eduardo Miranda, reconhecendo que o
27 que seria apresentado representava apenas a ponta do iceberg de um trabalho que
28 envolveu um vasto conjunto de mapas, regulamentos e documentos a alterar.

29
30 Concluiu considerando que, tendo em conta as exigências legais impostas pela Lei dos
31 Solos, foi possível chegar a uma boa versão da alteração do PDM.

32
33 O Arquiteto Pedro Fogaça, o Dr. Carlos Borralho e o Arquiteto Eduardo Miranda
34 apresentaram a alteração ao Plano Diretor Municipal de Évora, cujo documento faz parte
35 integrante da presente Ata.

36 “Proposta de alteração ao Plano Diretor Municipal de Évora”

37
38 **Os Deputados** de todas as forças políticas, representadas na Assembleia Municipal, sobre
39 a matéria exposta na Proposta de alteração ao Plano Diretor Municipal de Évora,
40 intervieram colocando dúvidas e questões, as quais foram prontamente respondidas pelo
41 Arquiteto Pedro Fogaça, o Dr. Carlos Borralho e o Arquiteto Eduardo Miranda que
42 prestaram todos os esclarecimentos em relação às questões colocadas.

43
44 **O Presidente da Assembleia Municipal**, verificando não haver mais pedidos de
45 intervenção, submeteu o presente Procedimento de Alteração ao Plano Diretor Municipal
46 de Évora a votação.

47
48 **Deliberação do Procedimento de Alteração ao Plano Diretor Municipal de Évora:**

49 **Aprovado por maioria**, com 10 votos a favor (5 da CDU, 1 do BE, 1 do MICAZA e 3
50 do MCE), 5 votos contra da Coligação Mudar com Confiança e 14 abstenções (12 do PS,
51 1 do MMPI e 1 do CHEGA), verificando-se 29 presenças.

1 **Declaração de voto da bancada da CDU**

2 “A alteração ao Plano Diretor Municipal de Évora, aprovada em reunião da Câmara
3 Municipal, vem cumprir com o disposto na Lei de bases da política pública de solos, de
4 ordenamento do território e de urbanismo, aprovada em 2014, pelo Governo do PSD,
5 visa a adequação às novas regras de classificação e qualificação do solo definidas em
6 legislação de âmbito nacional, bem como as necessárias alterações regulamentares de
7 acordo com o disposto nos artigos 115º, 119º, nº 2, e 86º, todos do Decreto-Lei nº
8 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atual.

9 À obrigatoriedade da adaptação dos PDM e esta lei, veio, posteriormente, ser imposto
10 um prazo, pelo governo do PS, para conclusão do procedimento, o Decreto-Lei n.º
11 16/2023 e posteriores, que previa a suspensão do respetivo direito de candidatura a
12 apoios financeiros comunitários e nacionais, caso os municípios não procedessem à
13 referida adaptação.

14 Não é demais insistir que se trata de um procedimento de alteração e não de revisão do
15 PDM. O que esteve em causa foi, especialmente, a eliminação da classe denominada solo
16 urbanizável para passarem a existir apenas duas classes de solo: urbano e rústico. A
17 alteração não abrangeu, portanto, a estratégia de ordenamento territorial contida no
18 Plano diretor.

19 É importante sublinhar a forma coerente e a transparência com que decorreu o processo
20 levado a cabo pelo executivo da CM de Évora. Tendo incluído uma metodologia de
21 auscultação e participação pública que foi além do exigido pela lei para procedimentos
22 de alteração de planos municipais de ordenamento do território. Tendo incluindo
23 relatórios públicos sobre esse processo de participação que enriqueceram o
24 procedimento e demonstram a forma de procurar garantir a salvaguarda do interesse
25 público.

26 A adaptação à lei de bases da política pública de solos permitiu observar e monitorizar
27 a concretização de projetos de urbanização em solos com estatuto de urbanizável, que
28 continuavam por concretizar passados mais de 20 anos, ou onde nunca houve intenção
29 clara de construir e permitiu também assegurar a possibilidade de construção de 5.000
30 novas habitações no espaço urbano e 2.000 no espaço rural, que podem acolher 15.000
31 novos habitantes, tendo permitido ganhar espaços para urbanizar em áreas de atividades
32 económicas e requalificar zonas urbanas. A alteração teve o cuidado de garantir que as
33 áreas onde há intenção de construir não perdessem o estatuto de solo urbano.

34 A presente alteração não resolve, nem poderia, os problemas da habitação, mas dá um
35 contributo importante ao garantir a possibilidade de aumento do parque habitacional,
36 cumprindo, simultaneamente, com as imposições legais. Este aumento poderá permitir
37 acompanhar o crescimento populacional que, por sua vez, parece ser uma realidade que
38 decorre do crescimento dos índices de desenvolvimento de Évora.

39 *Está de parabéns o executivo e a equipa técnica responsáveis pela alteração ao PDM.”*

41 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu à equipa técnica pelo excelente
42 trabalho.

44 **O Presidente da Câmara** agradeceu a presença da equipa técnica e, ao encerrar este
45 processo, agradeceu, também, o empenho e todo o trabalho prolongado, que fez questão
46 de destacar.

48 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passavam ao ponto 2.

- 51 2. Informação do Presidente da CME acerca da atividade do Município, bem como
a situação financeira do mesmo (Para conhecimento).

1 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.
2

3 **O Presidente da Câmara** referiu, para além da informação previamente distribuída,
4 algumas questões adicionais e destacou, em primeiro lugar, o voto de pesar já aprovado,
5 relativamente ao falecimento de Eduardo Gajeiro, salientando a sua participação
6 importante no livro de prestígio do Município, que contou com textos de José Saramago.
7 Foi igualmente referida a moção aprovada, relativamente aos atrasos na distribuição do
8 correio, por parte dos CTT, assinalando casos com atrasos que chegaram a quase um mês,
9 o que foi considerado extremamente preocupante para um serviço que deveria manter um
10 padrão de qualidade, como acontecia quando se encontrava sob gestão pública.
11

12 Relativamente ao novo Hospital Central do Alentejo, informou que a Câmara aprovou a
13 última proposta apresentada, mas não foi recebida resposta posterior, admitindo-se que
14 tal se devesse à proximidade das eleições. Indicou, ainda, que estavam a ser
15 desenvolvidos novos contactos com o Ministério da Saúde, com vista à concretização do
16 protocolo previsto.
17

18 No que respeita ao Plano Local de Habitação, foi realizado um acordo com o IHRU, tendo
19 ocorrido uma atualização do valor global, que passou de 63 milhões de euros para 67
20 milhões de euros.
21

22 Foi também registada uma nota referente à rede de água e saneamento, com obras em
23 curso em Nossa Senhora de Machede, São Manços e Garraia, entre outras. Em Nossa
24 Senhora de Machede, destacou-se a ligação da rede de água ao hotel e a disponibilidade
25 futura para os moradores, junto à antiga estação ferroviária. Em São Manços, iniciou-se
26 a obra de requalificação da rede de água e saneamento, tendo sido realizadas descobertas
27 arqueológicas que obrigaram a alterações na obra. A informação disponível indicava que
28 essas descobertas poderiam ter relevância do ponto de vista histórico e representar uma
29 mais-valia para São Manços. Em Garraia, foi iniciada a obra da nova rede de
30 abastecimento de água.
31

32 No âmbito da iniciativa Évora 2027, informou-se que estava em curso a preparação da
33 candidatura ao PRR, sendo que o que foi aprovado diferiu em parte do que havia sido
34 apresentado na última reunião. Previa-se o recebimento do termo de aceitação na
35 segunda-feira seguinte, altura em que se poderia confirmar o que estaria efetivamente
36 previsto para financiamento. Referiu-se, no entanto, que, da parte do Município, estavam
37 incluídos os celeiros da EPAC, um valor no Rossio substancialmente reduzido (de 4
38 milhões para 2,3 milhões de euros), equipamento para a arena, cobertura do arquivo
39 fotográfico e do Convento dos Remédios. Estava, ainda, a ser negociada a possibilidade
40 de incluir a intervenção no Aqueduto da Água de Prata, com um valor estimado de 600
41 mil euros.
42

43 Foi igualmente referido que já havia sido entregue pela Associação Évora 2027 o segundo
44 relatório de monitorização, com o painel de especialistas que acompanha o processo. A
45 segunda reunião de monitorização encontrava-se agendada para o dia 18, tendo o
46 Presidente sido convidado a estar presente, compromisso que procuraria honrar.
47

48 Por fim, foram assinalados o Encontro de Jovens da Associação Mayors for Peace, que
49 se realizou em Évora, a Conferência pela Paz, a 10.ª edição do Évora Wine, que registou
50 crescimento e se afirmou como um evento marcante não apenas na cidade, mas em todo
51 o Alentejo e até a nível nacional, a Feira do Livro, que decorreu entre 24 de maio e 1 de

1 junho, com assinalável êxito, e a 17.^a edição da BIME, que terminou recentemente, entre
2 os dias 13 e 18 de junho. Destacou-se, ainda, a abertura da Feira de São João, prevista
3 para a semana seguinte.

4
5 **O Presidente da Assembleia Municipal, em substituição** dirigiu a sua intervenção ao
6 Presidente da Câmara, naquele momento como Presidente da União das Freguesias de
7 Malagueira e Horta das Figueiras, manifestando a sua frustração relativamente à situação
8 vivida na União de Freguesias que representava. Indicou que já não sabia o que dizer aos
9 cidadãos, relativamente à falta de limpeza da freguesia, à recolha irregular de monos e,
10 mais recentemente, à ausência de despejo dos contentores do lixo, que por vezes eram
11 recolhidos e outras vezes não, com inconsistência entre diferentes zonas da freguesia.

12 Referiu, ainda, a existência de passeios onde as raízes das árvores impediam a livre
13 circulação dos peões e casos de árvores que não eram limpas, com pernas a provocar
14 danos em telhados de habitações, e situações em que as copas impediam os moradores de
15 abrir as janelas. Denunciou também o estado de degradação de parques infantis, a
16 presença de buracos nas ruas e a inexistência de progresso na obra das condutas da
17 Malagueira, a que chamou de “obra de Santa Engrácia”, salientando que, apesar de já ter
18 sido adjudicada, ainda nem sequer tinha tido início e classificou essa situação como uma
19 tristeza, expressando a sua enorme frustração enquanto Presidente da Junta,
20 reconhecendo, contudo, que muitos destes assuntos não dependiam diretamente do
21 executivo da Junta.

22 Recordou também que, desde o início do seu mandato, levantara, por mais de uma dezena
23 de vezes, a questão dos acampamentos ilegais, tendo falado sobre o assunto com o senhor
24 Presidente da Câmara, nesta Assembleia, no Conselho Municipal de Segurança e com a
25 PSP, em várias reuniões, e afirmou que pouco lhe importava se os acampamentos eram
26 ciganos ou não, essa não era a questão, frisando que o problema residia nas consequências
27 da presença dos acampamentos, que se vinham agravando ao longo dos anos. Indicou
28 que, em tempos, a situação era mais contida e controlada, mas que, atualmente, os
29 acampamentos se tinham expandido, com pessoas a circularem livremente pelos quintais
30 de outros cidadãos como se fossem propriedade sua, denunciou a violação constante da
31 lei, por parte dos ocupantes desses acampamentos, tanto em espaços públicos como em
32 propriedades privadas, e apontou que, ao contrário dos demais cidadãos, que cumpriam
33 as leis e pagavam os seus impostos, os ocupantes agiam com total impunidade. Destacou
34 a necessidade de uma resposta institucional articulada e eficaz, sublinhando que este não
35 era um problema exclusivo da Câmara ou da PSP, mas que envolvia diversas entidades
36 com responsabilidade e competência para intervir, no entanto, apesar das múltiplas
37 reuniões realizadas, havia uma clara falta de entendimento entre as instituições, o que
38 perpetuava a inércia e agravava a situação.

39 Considerou que os cidadãos cumpridores, que trabalharam ao longo da vida para
40 conquistar uma habitação digna, viam-se confrontados com situações inaceitáveis e
41 escandalosas e considerou que a Câmara Municipal e a PSP não estavam a cumprir as
42 suas obrigações, permitindo que a situação em redor dos acampamentos se deteriorasse
43 progressivamente, devido à impunidade continuamente atribuída aos ocupantes. Referiu
44 especificamente os casos do Alto dos Cucos e da Malagueira, considerando que exigiam
45 resolução urgente, salientando que tal não deveria depender de abordagens teóricas de
46 comissões, mas sim de ações concretas por parte da PSP, da Câmara e das entidades
47 competentes.

48 Relatou que os moradores estavam apavorados, sendo que alguns já não saem de casa e
49 outros mantêm as janelas fechadas, que os ocupantes dos acampamentos se deslocavam
50 livremente pelos quintais e, quando confrontados, ameaçavam os residentes, chegando

1 mesmo a causar danos às suas habitações, sublinhando a urgência de uma intervenção
2 eficaz e imediata e afirmando já não saber o que fazer.

3 Mencionou que, se os acampamentos se encontravam em terrenos municipais, competiria
4 à Câmara intervir; caso estivessem em propriedade privada, seriam os proprietários e as
5 autoridades competentes a ter de agir. Acrescentou que, no caso concreto de um
6 determinado acampamento, a proprietária do imóvel não autorizava a permanência dos
7 ocupantes, pelo que a sua presença constituía uma violação de propriedade privada.
8 Considerou, por isso, imperativo encontrar uma solução urgente para a situação e propôs
9 a realização de mais uma reunião com o senhor Presidente da Câmara, o Comandante da
10 PSP e, se assim entendessem, com a sua própria participação, reafirmando a sua
11 disponibilidade.

12 Por fim, alertou para os riscos de saúde pública que começavam também a emergir,
13 devido à presença de cavalos e outros animais nos arredores e até no interior de quintais,
14 assim como os maus odores associados e reforçou que a situação exigia resolução
15 imediata, apelando à ação das entidades competentes.

16

17 **O Deputado Redolfo Pereira** colocou três questões, a primeira prendeu-se com a remoção
18 de diversos contentores de resíduos sólidos urbanos e diferenciados, sem que tenha sido
19 facultada qualquer resposta, aos vários e-mails enviados ao Município, sobre esta matéria.
20 Referiu que, pelo que é do seu conhecimento, esta situação não se verificava apenas na
21 sua freguesia, mas em várias outras e deu como exemplo uma zona da freguesia onde
22 existem cerca de 15 habitações, um restaurante, um café e uma mercearia, que no início
23 do mandato dispunha de três contentores, mas no princípio do presente ano, um desses
24 contentores foi retirado, ficando dois, e, há cerca de duas semanas, foi retirado mais um,
25 restando apenas um contentor. Explicou que, dada a ausência de alternativas nas
26 proximidades, os moradores continuam a depositar o lixo no local, sendo este muitas
27 vezes colocado no chão junto ao contentor, o que tem originado a dispersão dos resíduos
28 por ação de animais e solicitou, por isso, esclarecimentos quanto ao motivo da retirada
29 dos contentores e a possibilidade da sua reposição nos locais onde anteriormente se
30 encontravam.

31 A segunda questão referiu-se à situação das extensões de saúde, nomeadamente a de São
32 Sebastião da Giesteira, que tinha conhecimento de que o projeto já havia sido aprovado
33 em reunião de Câmara e pediu esclarecimentos sobre o ponto de situação atual. Em
34 seguida, abordou a questão da limpeza das bermas dos caminhos municipais, informando
35 que, no âmbito da Comissão Municipal dos Fogos Rurais, lhe tinha sido transmitido que
36 os trabalhos decorreriam até ao dia 15 (salvo erro), mas que, até ao momento, não se tinha
37 iniciado qualquer intervenção em quatro caminhos municipais da sua freguesia e
38 questionou, por isso, se já existia alguma planificação ou data prevista para o início dessas
39 intervenções.

40 Por fim, abordou uma questão de natureza financeira, mencionando dois indicadores que
41 considerou preocupantes: os pagamentos em atraso e os fundos disponíveis referindo que,
42 segundo o documento que lhes foi enviado, o Município terminou o ano de 2024 com
43 cerca de 2 milhões e 500 mil euros em pagamentos em atraso, e que esse valor, a 30 de
44 abril, havia disparado para 6 milhões de euros, mais do que duplicando em relação ao
45 final do ano anterior. Relativamente aos fundos disponíveis, indicou que, na mesma data,
46 se encontravam negativos em cerca de 20 milhões de euros, salientando que, sendo o mês
47 de junho, acresciam ainda os encargos com o pagamento do subsídio de férias. Perguntou,
48 nesse sentido, se a tesouraria da Câmara dispunha de condições para assegurar o
49 pagamento dos vencimentos e subsídios de férias.

50 Aproveitou, ainda, para referir que, no âmbito dos contratos interadministrativos com as
51 juntas e uniões de freguesia, não havia sido recebido, até à data, qualquer valor referente

1 ao mês de janeiro, indicando que, no seu caso concreto, estavam em causa montantes
2 entre os 20 mil euros e os 25 mil euros, obrigando a junta a desviar verbas do seu
3 orçamento para poder honrar os compromissos assumidos nos contratos
4 interadministrativos.

5
6 **O Deputado Paulo Ribeiro** colocou uma questão relacionada com a situação financeira
7 do Município, referindo que, no início do mês de junho, concretamente nos dias 3 e 4,
8 foram divulgadas, pelo Jornal Eco e pelo Jornal de Negócios, notícias dando conta de
9 que, a 21 de maio de 2025, existiam 111 bilhões e 56 milhões de euros retidos referentes
10 a 204 municípios, por incumprimento dos deveres de informação nos últimos 12 meses.
11 Referiu que esta situação foi avançada pela própria Direção-Geral das Autarquias Locais
12 (DGAL), sublinhando que as autarquias tinham até 30 de abril para proceder à aprovação
13 e envio da respetiva prestação de contas, nomeadamente quanto à evolução do prazo
14 médio de pagamentos. De acordo com a informação da DGAL, o município de Santa
15 Comba Dão liderava, à data, o que apelidou de "campeonato horribilis", com um prazo
16 médio de pagamento de 141 dias.

17 Recordou ainda que, quando os municípios têm informação em falta, lhes é aplicada uma
18 retenção de 20% das transferências correntes, bem como do Fundo de Financiamento da
19 Descentralização (FFD) e nesse contexto questionou, tendo em conta que já há alguns
20 anos tinha sido implementado o SNC-AP, Sistema de Normalização Contabilística da
21 Administração Pública e considerando que a DGAL tinha concedido um período de
22 adaptação dos serviços, se recaía, sobre o Município, algum tipo de coima ou outra
23 consequência no âmbito da situação referida.

24
25 **O Deputado Luis Pardal começou** por referir que cerca de 70% de todas as ocorrências
26 que a Junta de Freguesia do Bacelo e Senhora da Saúde enviava para a Câmara Municipal,
27 aliás, de todas as ocorrências enviadas, não obtinham qualquer resposta e essas
28 ocorrências abrangiam temáticas variadas, desde a manutenção de espaços verdes,
29 limpeza do espaço público, sinalização, mobilidade, entre outras, referindo que o padrão
30 identificado era a ausência de resposta ou uma resposta extremamente tardia.

31 Destacou, ainda, a situação dos veículos abandonados na cidade, classificando-a como
32 completamente descontrolada, que havia dezenas ou centenas de veículos identificados,
33 registados e reportados, mas que não se recordava de terem sido recolhidos recentemente
34 na sua freguesia, apesar de passar bastante tempo na rua, e que esses veículos constituíam
35 focos de insegurança e eram, inclusive, utilizados para fins criminosos, pelo que deveriam
36 ser retirados da via pública.

37 Relativamente aos terrenos camarários, mencionou que muitos necessitavam de
38 intervenção urgente no que respeitava à limpeza, que alguns desses terrenos chegaram a
39 apresentar risco de incêndio e tiveram pequenos focos de incêndio no passado, no entanto,
40 não havia atividade de corte de ervas nos locais identificados pela junta, e reiterou que se
41 tratava de um assunto complexo e sério, que exigia uma atuação transversal.

42 Informou que as edificações em ruína junto da Lagril estavam, novamente, ocupadas há
43 dois dias.

44 Referiu, também, os contratos interadministrativos, manifestando grande preocupação
45 pelo facto de a junta estar a acumular milhares de euros do seu orçamento com esses
46 contratos.

47 Por fim, deu nota de que, relativamente à limpeza e higiene urbana, as juntas de freguesia
48 já tinham manifestado, por diversas vezes, junto da Câmara Municipal, a sua
49 disponibilidade para colaborar. Realçou que em 2024, dos 366 dias do ano, 253 foram
50 dias úteis, dos quais 193 dias a junta de freguesia realizou ações de limpeza do espaço
51 público com o único trabalhador operacional de que dispunha, contando ainda com o

1 apoio pontual de mais dois ou três trabalhadores e que, para fazer mais, só pedindo às
2 pessoas para não dormirem e trabalharem 24 horas por dia. Finalizou afirmando que a
3 junta de freguesia queria fazer parte da solução, sendo necessária uma articulação.
4

5 **O Deputado José Vitorino Piteira** colocou duas questões ao senhor Presidente da
6 Câmara, sendo que uma delas continha também uma sugestão.

7 A primeira questão prendeu-se com as valas abertas na avenida principal, na sequência
8 da instalação da rede de águas para a estação e questionou de quem era a responsabilidade
9 pela repavimentação, se do empreiteiro ou da Câmara, e quem asseguraria a manutenção
10 até à sua execução, referindo que, por se tratar de uma zona com subida e descida bastante
11 íngremes, estavam a formar-se buracos consideráveis.

12 A segunda questão teve por base a estrada municipal que passa sobre o tabuleiro da ponte
13 da barragem do Monte Novo, a qual se encontrava encerrada há algum tempo, devido às
14 chuvas e a um problema não especificado; informou ter estado no local no dia anterior,
15 verificando que a estrada continuava fechada, sem sinais de obras ou indícios de colapso
16 da barragem ou da ponte e realçou o transtorno causado pelo encerramento e, a título de
17 sugestão, referiu que, caso a via se mantivesse encerrada por mais tempo, a Câmara
18 poderia aproveitar para proceder à manutenção e reparação dos buracos existentes,
19 evitando, assim, o incómodo de solicitar posteriormente aos utilizadores que não a
20 utilizassem.

21
22 **O Presidente da Câmara** começou por referir que pretendia abordar uma questão que
23 vinha causando grande preocupação, ao ponto de já ter efetuado uma declaração sobre o
24 tema, na última reunião de Câmara. A preocupação centrou-se no aumento de práticas
25 ilegais, nomeadamente acampamentos e ocupações ilegais de prédios e terrenos privados
26 na cidade, sobretudo em zonas urbanas.

27
28 Sublinhou que o Município não dispunha de competências para atuar em propriedades
29 privadas, sendo essa responsabilidade dos respetivos proprietários, os quais deveriam
30 apresentar queixa junto das autoridades competentes, nomeadamente o Ministério
31 Público ou as forças de segurança. A Câmara Municipal não podia, nem estava legalmente
32 autorizada, a intervir diretamente nesses terrenos.

33
34 Relativamente aos espaços municipais, referiu que não havia qualquer autorização
35 concedida para acampamentos e que a autarquia vinha promovendo sistematicamente os
36 procedimentos legais para a remoção dos mesmos. No entanto, reconheceu a recorrência
37 do problema, com os acampamentos a serem desmantelados num local e rapidamente
38 reinstalados noutra, obrigando à repetição dos procedimentos legais exigidos, incluindo
39 notificações e prazos legais, sem que se alcançasse uma resolução duradoura. Apontou,
40 ainda, que se tratava de um problema com uma dimensão social significativa.

41
42 Mencionou as incivildades praticadas no espaço público, referindo que a Câmara apenas
43 podia receber reclamações dos munícipes e encaminhá-las para as entidades com
44 competência legal para atuar. Destacou a necessidade de uma atuação coordenada entre
45 entidades competentes, para reposição da legalidade e segurança dos cidadãos,
46 reconhecendo, no entanto, que a autarquia não dispunha de competências ao nível do
47 policiamento.

48
49 Deu como exemplo a atuação da Câmara no caso de uma vivenda, tendo sido a própria
50 autarquia a contactar a proprietária para obter uma declaração formal a rejeitar a utilização
51 do imóvel para fins ilegais. Esta declaração foi entregue à PSP há já alguns anos. Referiu

1 também as ruínas na zona da Lagril, indicando que o local já tinha sido desocupado três
2 vezes e voltara a ser ocupado recentemente. Informou que o edifício foi entaipado, mas
3 que a reincidência do problema persistia. Assinalou, ainda, outros terrenos da mesma zona
4 com problemas semelhantes.

5
6 Demonstrou preocupação com o impacto destas situações na segurança dos moradores e
7 no clima de medo existente em algumas áreas. Concordou com a posição do Presidente
8 da Junta sobre a necessidade de atuação e reforçou que, apesar da atuação possível por
9 parte do Município, continuava a faltar um plano nacional para lidar com estas situações.
10 Afirmou que, embora já tivessem sido identificados diversos casos e houvesse tentativas
11 de colaboração entre instituições, essas ações não tinham surtido efeito ou sequer sido
12 implementadas.

13
14 Sobre a questão da limpeza urbana, informou que, nas últimas semanas, houve problemas
15 com a recolha de resíduos devido à avaria simultânea de vários veículos. A situação
16 estaria a ser reposta e indicou que havia brigadas na Malagueira a proceder ao corte de
17 ervas.

18
19 Em relação às árvores, esclareceu que já tinha solicitado que lhe fosse enviada informação
20 concreta sobre os casos reportados, pois as intervenções técnicas nesta área estavam
21 atualmente condicionadas por normas mais exigentes do que no passado.
22 Quanto às condutas da Malagueira, indicou que o que estava adjudicado era o projeto e
23 não a obra em si. O responsável pela empresa adjudicatária teria comunicado que recorreu
24 a técnicos especializados devido à existência de questões estruturais a estudar antes da
25 intervenção.

26
27 Relativamente aos contentores, esclareceu que não foi dada qualquer orientação para a
28 retirada dos mesmos, mas sim para o seu reforço, pelo que pediu que lhe fosse
29 comunicada a situação concreta.

30
31 Informou, ainda, que as Extensões de Saúde estavam aprovadas, encontrando-se em
32 preparação o lançamento dos concursos, tendo a autarquia procurado contactar empresas
33 que pudessem concorrer, embora reconhecendo a dificuldade em encontrar interessados.
34 No que diz respeito à limpeza de bermas e caminhos municipais, mencionou que essa
35 tarefa foi adjudicada a uma empresa, que até ao momento ainda não tinha iniciado os
36 trabalhos, apesar da adjudicação estar formalizada. Referiu que esta dificuldade se
37 enquadrava num problema nacional de falta de empresas disponíveis para este tipo de
38 serviço.

39
40 Sobre os pagamentos em atraso e fundos disponíveis, explicou que os primeiros cinco
41 meses do ano representavam um período com receitas limitadas, dependendo quase
42 exclusivamente do Orçamento de Estado. Em 2025, houve ainda um atraso na cobrança
43 do IMI, que foi desfasado em mais um mês, prevendo-se, por isso, que a normalização da
44 receita ocorresse em junho e julho, o que permitiria regularizar os pagamentos, incluindo
45 o subsídio de férias e os contratos com as juntas. Justificou o atraso nestes últimos com
46 questões de cabimentação e assinatura.

47
48 Em relação às verbas retidas pela DGAL, explicou que tal se deveu à saída da técnica
49 responsável pela introdução de dados na plataforma da Direção-Geral. Foi, assim,
50 designada uma nova técnica, causando atrasos temporários. Afirmou que a situação
51 estava praticamente resolvida até ao final do primeiro trimestre, e que seria concluída

1 durante o mês de junho. Acrescentou que o processo não se limitava à inserção de dados,
2 exigindo validações e acordos com a própria DGAL, o que podia ser moroso.

3
4 Sobre os carros abandonados, referiu que existia um problema devido à falta de
5 capacidade de recolha e de espaço adequado para os armazenar, bem como dificuldades
6 no escoamento para as empresas de reciclagem, que também não conseguiam dar resposta
7 adequada. Indicou, assim, que estavam a procurar soluções para alargar os espaços de
8 depósito.

9 Quanto aos terrenos municipais com ervas por limpar, reconheceu o problema, reiterando
10 que os trabalhos estavam adjudicados, mas a empresa ainda não tinha iniciado a atividade
11 no terreno.

12
13 Referiu que a autarquia vinha acompanhando os casos de edificações em ruínas, mas
14 explicou que a lei obrigava ao cumprimento de um conjunto de procedimentos e prazos,
15 incluindo a notificação dos proprietários. Deu como exemplo o Bairro da Comenda, onde
16 existia uma ocupação descontrolada de casas e terreno particular, sem que fosse possível
17 contactar os proprietários. Explicou que o Município estava a trabalhar com a Delegada
18 de Saúde e com a PSP, mas que os prazos legais tinham de ser respeitados.

19
20 Sobre a obra da rede de água em Nossa Senhora de Machede, indicou que a
21 responsabilidade seria do empreiteiro, comprometendo-se a verificar a situação.

22
23 Por fim, referiu que a estrada municipal do Monte Novo continuava encerrada, sendo essa
24 uma decisão da APA, que articulava com a GNR e o Município. A barragem apresentava
25 problemas e, segundo informações recebidas, estariam a aguardar peças vindas do
26 estrangeiro para proceder à intervenção, embora não tivesse mais detalhes sobre o
27 processo.

28
29 **O Presidente da Assembleia Municipal, em substituição**, dirigiu a sua intervenção ao
30 Presidente da Câmara, naquele momento como Presidente da União das Freguesias de
31 Malagueira e Horta das Figueiras, afirmando que, na sua opinião, alguém teria de resolver
32 a questão pontual da antiga boate e daquela zona, considerando que aquela situação
33 precisava de ser resolvida, fosse de que forma fosse, e que era necessário encontrar uma
34 solução.

35
36 **A Deputada Paula Pita**, relativamente ao problema em discussão, bem como à
37 intervenção do senhor Presidente da Junta, reiterou o seu acordo com a posição por ele
38 expressa, sublinhando que a situação deveria ser resolvida, uma vez que não era
39 admissível que houvesse pessoas impedidas de exercer a sua vida devido ao
40 incumprimento de regras por parte de outras. Acrescentou ainda outra questão: dado que
41 alguns dos terrenos em causa eram municipais, a Câmara poderia intervir através do
42 contacto com o comandante da PSP e questionou se estariam previstas algumas reuniões
43 que pudessem ir ao encontro das necessidades daquelas pessoas.

44
45 **O Presidente da Câmara** referiu que a zona da vivenda já tinha sido desocupada pelo
46 menos três ou quatro vezes, na sequência de contactos estabelecidos entre a Câmara e a
47 proprietária, articulados posteriormente com a PSP, uma vez que a Câmara não tinha
48 competência para intervir diretamente. Explicou que a atuação cabia à PSP, mas que, após
49 a desocupação, o espaço voltava a ser ocupado. Sublinhou que, em terrenos municipais,
50 a autarquia sempre desencadeou os procedimentos previstos na lei, que exigia uma

1 notificação para saída, seguida de um prazo legal, podendo então ser articulada a
2 intervenção da PSP.

3 Esclareceu que, nesse caso concreto, assim como noutros semelhantes, estavam a ser
4 seguidos os mesmos trâmites legais. Referiu também que, naquela zona, já tinham sido
5 retirados várias vezes acampamentos ilegais, mas que os ocupantes iam rodando, o que
6 evidenciava a inexistência de uma solução definitiva. Acrescentou que a Câmara já tinha
7 proposto diversas soluções, sem que nenhuma tivesse sido implementada de forma
8 conclusiva.

9
10 Concluiu afirmando que era necessário ter coragem para se assumir a implementação de
11 uma solução definitiva, que exigia coordenação entre várias entidades, nomeadamente o
12 Governo, as autarquias e as forças de segurança. Criticou o facto de, por vezes, surgirem
13 soluções que, após acordadas, não eram aplicadas devido à recusa de algumas partes, o
14 que resultava na estagnação do processo. Recordou ainda que, em experiências anteriores,
15 soluções que foram consensualizadas entre todos acabaram por resultar.

16
17 **A Deputada Paula Pita** questionou, uma vez que existia o Conselho Local de Ação
18 Social de Évora, que integrava todas as instituições com competências na área —
19 nomeadamente a Câmara Municipal, a Segurança Social, a Saúde, a Escola e a PSP —,
20 se estas instituições já se tinham reunido para intervir e elaborar um plano de ação com
21 vista à promoção da inclusão daquela comunidade, tendo em conta que a situação se
22 prolongava há já bastante tempo. Sublinhou que não se pretendia a retirada dessas
23 pessoas, mas sim a sua inclusão na comunidade.

24
25 **O Deputado Luís Pardal** referiu que, reiteradamente, se ouviu o senhor Presidente
26 afirmar que as empresas responsáveis pelo corte de ervas nas bermas não davam resposta,
27 alegando-se falta de capacidade e inexistência de empresas a nível nacional. Mencionou
28 ainda que as empresas que executavam repavimentações tinham muito trabalho, que os
29 trabalhos estavam adjudicados e que, ainda assim, não havia resposta. No que respeita à
30 remoção de veículos abandonados, indicou também que as empresas não davam resposta.
31 Contudo, salientou que se teve conhecimento — inclusive porque algumas empresas
32 faziam questão de partilhar essa informação — de que não se tratava de uma questão de
33 falta de capacidade, mas sim de dívidas acumuladas por parte da Câmara Municipal de
34 Évora, estando essas empresas a aguardar pagamento. Considerou, por fim, que esta era
35 uma realidade preocupante.

36
37 **O Presidente da Câmara** admitiu que pudessem existir dívidas vencidas a algumas
38 empresas, reconhecendo essa possibilidade, mas sublinhou que tal não ocorria de forma
39 sistemática. Referiu que houve intervenção, por exemplo, ao nível da rede viária,
40 destacando a zona da circular junto à Tyco, onde foi realizado um investimento de 1
41 milhão e 700 mil euros. Indicou que várias empresas tinham vindo a realizar intervenções
42 nesse domínio.

43
44 Relativamente à rede viária, esclareceu que existiam intervenções diretas por parte do
45 Município, bem como por parte de empreiteiros. No entanto, considerou que a situação
46 dos carros abandonados era distinta e implicava um procedimento específico por parte da
47 Câmara. Explicou, uma vez mais, que era necessário desenvolver um processo para
48 recolher o veículo, colocá-lo num local devidamente identificado e, posteriormente,
49 assegurar que empresas certificadas procedessem ao seu abate.

50

1 Assumiu que, face ao elevado volume de veículos abandonados, não se tinha conseguido
2 dar uma resposta eficaz a essa situação, tanto por parte da Câmara como por parte das
3 empresas responsáveis pela remoção. Sublinhou que esse era o cerne da questão relativa
4 aos veículos abandonados.

5
6 Referiu, ainda, que seria possível aumentar a área de intervenção e, com isso, obter
7 alguma melhoria, embora o problema continuasse a ser grave, sobretudo devido à
8 complexidade do procedimento administrativo envolvido. Explicou que, quando um carro
9 se encontrava numa via pública, era necessário identificar o proprietário, notificá-lo, e
10 verificar se existiam ónus ou encargos associados ao veículo, o que tornava o processo
11 moroso.

12
13 Assinalou que, apesar de se ter conseguido reduzir esse procedimento, nomeadamente
14 através de um acordo com o registo automóvel, que permitiu um acesso mais célere à
15 identificação dos proprietários, o problema persistia. Admitiu as dificuldades existentes
16 e reconheceu que não se estava a dar a resposta desejada.

17
18 Por fim, mencionou a existência de um conjunto de veículos que estavam à ordem do
19 tribunal ou cuja movimentação tinha sido vedada por decisão judicial, não podendo, por
20 esse motivo, ser removidos. Reforçou que existiam várias dificuldades e que, embora
21 fosse possível fazer mais, até ao momento não se tinha conseguido ir mais além, sendo
22 importante reconhecer que não bastava simplesmente recolher os veículos abandonados.

23
24 **O Presidente da Assembleia Municipal**, informou que passavam ao ponto 3.

25
26 **3. Alteração Orçamental Modificativa.**

27
28 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

29
30 **O Presidente da Câmara** referiu que esta alteração orçamental teve duas componentes:
31 a passagem do saldo de gerência do ano de 2024 para 2025, com a respetiva integração
32 na conta, e a integração das obras previstas para serem financiadas pelo PRR, conforme
33 referido anteriormente. Indicou, ainda, que, conforme consta no documento, se incluem
34 os Celeiros da EPAC, o Arquivo Fotográfico, o Convento dos Remédios, o Rossio de São
35 Brás e equipamentos diversos destinados a vários espaços culturais, totalizando, nos dois
36 anos em causa, uma verba de sete milhões e quinhentos mil euros. Assim, foi isso que se
37 propôs para permitir o avanço do processo.

38
39 **Deliberação da Alteração Orçamental Modificativa.**

40 **Aprovado por maioria**, com 24 votos a favor (5 da CDU, 1 do BE, 1 do MMPI, 1 do
41 MICAZA, 3 do MCE, 12 do PS e 1 do CHEGA), 5 abstenções da Coligação Mudar com
42 Confiança, verificando-se 29 presenças.

43
44 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passavam ao ponto 4.

45
46 **4. Aceitação da Mutação da Dominialidade Pública: Hospital Central do Alentejo |**
47 **Acessos Rodoviários.**

48
49 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

1 **O Presidente da Câmara** referiu que a autarquia desenvolveu todos os esforços para
2 resolver as questões relacionadas com as acessibilidades ao Hospital, nomeadamente os
3 acessos que entroncam em duas estradas nacionais: a EN114, que liga a Lisboa, e a
4 EN380, que segue para as Alcáçovas. Indicou que, conforme acordado com a
5 Infraestruturas de Portugal (IP), no caso da EN380, no local onde será construída a
6 rotunda, a Câmara Municipal recebeu o troço da estrada entre a rotunda e a cidade, que
7 permitiria resolver o problema do acesso ao Hospital, possibilitando também, no futuro,
8 o reforço da rede de abastecimento de água àquela unidade de saúde.

9
10 **Deliberação Aceitação da Mutação da Dominialidade Pública: Hospital Central do**
11 **Alentejo | Acessos Rodoviários**

12 **Aprovado por unanimidade**, verificando-se 29 presenças.

13
14 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passavam ao ponto 5.

- 15
16 5. Auto de Delimitação de Jurisdição Rodoviária entre a IP e o Município de Évora
17 na EN114 | Hospital Central do Alentejo | Acessos Rodoviários.

18
19 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

20
21 **O Presidente da Câmara** referiu que, neste caso, se tratava da Estrada Nacional 114, ou
22 seja, da estrada de Évora e como se tratava de uma área muito pequena, optou-se, em vez
23 de se proceder à alteração da dominialidade, por um acerto ao nível do perímetro urbano,
24 de forma a resolver a questão burocrática que ficou solucionada. Indicou ainda que existia
25 um troço com cerca de 200 metros que passaria a integrar o perímetro urbano, permitindo
26 resolver o problema da inserção da rotunda na Estrada Nacional 114, ficando, assim,
27 ultrapassadas as questões de ordem burocrática relacionadas com a classificação da via.

28
29 **Deliberação do Auto de Delimitação de Jurisdição Rodoviária entre a IP e o**
30 **Município de Évora na EN114 | Hospital Central do Alentejo | Acessos Rodoviários.**

31 **Aprovado por unanimidade**, verificando-se 29 presenças.

32
33 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passavam ao ponto 6.

- 34
35 6. Concurso Público para Concessão do Direito de Exploração de Bar e
36 Quiosques Municipais.

37
38 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

39
40 **O Presidente da Câmara** referiu que a autarquia procurou regularizar um conjunto de
41 situações que se arrastavam há alguns anos e que apresentavam alguns problemas, sendo
42 estes os casos em que foi aberto o concurso público para a possível concessão da
43 exploração do bar das Piscinas e dos quiosques do Jardim do Paraíso e das Coronheiras.

44
45 **Deliberação do Concurso Público para Concessão do Direito de Exploração de Bar**
46 **e Quiosques Municipais.**

47 **Aprovado por unanimidade**, verificando-se 29 presenças.

48
49 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passavam ao ponto 7.

50

1 7. Alteração ao Contrato Interadministrativo de delegação de competências, com a
2 Junta de Freguesia de São Bento do Mato para o ano de 2025.

3
4 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

5
6 **O Presidente da Câmara** deu a palavra ao Vereador para apresentar o ponto, referindo
7 tratar-se de um acordo simples com a Junta de Freguesia, com o objetivo de ultrapassar
8 um problema que se arrastava.

9
10 **O vereador Alexandre Varela** referiu que, no essencial, a matéria em questão já havia
11 sido abordada e encontra-se descrita no documento, tratando-se de uma atualização do
12 contrato interadministrativo de delegação de competências que foi assinado e aprovado
13 pela Assembleia Municipal, com a Junta de Freguesia de São Bento do Mato, no âmbito
14 da requalificação de um jardim. Indicou que se procedeu à atualização dos valores, após
15 análise do mercado, tendo-se verificado a necessidade de correção dos mesmos.
16 Acrescentou que esta atualização foi articulada com o senhor Presidente da Junta de
17 Freguesia e que a restante informação consta no documento, manifestando-se disponível
18 para prestar quaisquer esclarecimentos.

19
20 **Deliberação da Alteração ao Contrato Interadministrativo de delegação de**
21 **competências, com a Junta de Freguesia de São Bento do Mato para o ano de 2025.**
22 **Aprovado por unanimidade**, verificando-se 29 presenças.

23
24 Não havendo pedidos de intervenção, o **Presidente da Assembleia Municipal**, deu
25 início ao segundo período de intervenção do público, questionando se havia algum
26 pedido.

27
28 Verificando não haver pedidos por parte do público, o **Presidente da Assembleia**
29 **Municipal** deu por terminada a Ordem do Dia.

30 **APROVAÇÃO EM MINUTA**

31
32 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que a Ata em minuta iria ser lida pela
33 2ª Secretária, Maria da Nazaré Pereira Lança.

34
35
36 *“Aos 13 dias do mês de junho de 2025, pelas 21 horas no Palácio de D. Manuel reuniu,*
37 *em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Évora, tendo deliberado o seguinte:*
38 *Foi aprovado por maioria a alteração orçamental modificativa;*
39 *Foi aprovado por unanimidade a aceitação da Mutaçao da Dominialidade Pública:*
40 *Hospital Central do Alentejo | Acessos Rodoviários;*
41 *Foi aprovado por unanimidade o Auto de Delimitação de Jurisdição Rodoviária entre a*
42 *IP e o Município de Évora na EN114 | Hospital Central do Alentejo | Acessos*
43 *Rodoviários;*
44 *Foi aprovado por unanimidade o concurso público para a concessão do direito de*
45 *exploração de bar e quiosques municipais;*
46 *Foi aprovado por unanimidade a alteração ao contrato interadministrativo de delegação*
47 *de competências com a Junta de Freguesia de São Bento do Mato para o ano 2025;*
48 *Foi aprovado por maioria o procedimento de alteração ao Plano Diretor Municipal de*
49 *Évora.”*

50
51 **O Presidente da Assembleia Municipal** colocou em votação a Ata em minuta.

1 A Assembleia Municipal de Évora deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta todas
2 as deliberações tomadas da presente Ata, nos termos do n.º 3 do art.º 57º do Anexo I à Lei
3 n.º 75/2013, de 12 de setembro.

4
5 Não existindo mais assuntos para tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu por
6 terminada a sessão, pelas vinte e duas horas e cinquenta minutos, da qual para constar se
7 elaborou a presente Ata que os membros da Mesa subscrevem e assinam.

8
9
10
11 O 1º SECRETÁRIO em substituição do Presidente da Assembleia Municipal

12
13
14 *Ananias Delfim Courelas Quintano*

15
16
17
18
19 A 1ª SECRETÁRIA

A 2ª SECRETÁRIA

20
21
22 _____
Bernarda Cota

Maria da Nazaré Lança